

# Retomar o crescimento é prioridade para os dois presidenciáveis

William Ling

A retomada do desenvolvimento é prioridade na agenda dos dois presidenciáveis, não importa que partido ou ideologia. Em qualquer caso, a solução está no equacionamento dos seguintes problemas: como gerar renda de maneira crescente e sustentada e como distribuí-la de maneira justa entre os indivíduos.



O ponto de partida nesta questão é conceituarmos renda, que nada mais é senão a remuneração dos fatores da produção em suas diversas formas: trabalho, capital, tecnologia, etc. Assim, não há como falarmos em renda sem reconhecer a existência "a priori" de uma contrapartida, a qual denominamos produção.

A constatação desta relação de causa e efeito leva à conclusão de que só se obtém renda e progresso real quando se tem um ambiente propício ao trabalho, ao investimento e ao desenvolvimento de negócios.

E, para que tal progresso seja simultaneamente sadio, deve beneficiar aqueles que mais contribuíram para tanto, que provaram ser mais competentes na geração de riqueza. Como não se pode falar em competência onde não há competição, somente em uma sociedade onde prevaleçam a livre concorrência e a economia de mercado haverá justa distribuição de renda.

O surgimento dos blocos econômicos segue esta lógica: a eliminação gradual das barreiras físicas e regulamentos, que ainda limitam a capacidade empreendedora e inovadora dos indivíduos na Comunidade Econômica Européia, e a unificação dos mercados norte-americano e canadense terão um impacto sinérgico que representará um aumento de mais de 250 bilhões de dólares na renda destes países, provenientes somente do aumento de eficiência.

Podemos já antever as implicações desses processos na economia brasileira: assistiremos a um brutal recrudescimento na disputa pelos megamercados americano e europeu, com a conseqüente eliminação daqueles competidores que não forem capazes de ofertar produtos cada vez mais baratos, numa velocidade cada vez maior em termos de aumento de qualidade e sofisticação.

E o Brasil, como se situa neste contexto? Como uma das economias mais fechadas do mundo, com participação decrescente inferior a 1% do comércio internacional e importando menos de 5% do seu PIB, ou seja, virtualmente alijada do processo de globalização da economia.

Nossa posição de 8ª economia do Ocidente, tão duramente conquistada, corre sérios riscos de desabar caso prevaleçam as doutrinas nacionalistas que preferem condenar a sociedade ao atraso e à miséria, via sucateamento do seu parque industrial, a integrá-la no mundo moderno.

Infelizmente, a miopia das nossas elites políticas, empresariais e intelectuais

impede-as de enxergar além dos seus próprios e imediatos interesses, perdendo-se em casuísmos fisiológicos, e torna-as incapazes de formular políticas para o País no sentido de libertar-nos desta crise institucional endêmica.

São estas mesmas elites xenófobas que apregoam idéias indigentes e falaciosas, aqui batizadas de "heterodoxias", como congelamentos de preços, aumentos artificiais e nominais da renda e estímulos à gastança do setor público, que não passam de racionalizações impensadas e que produzem, no curto prazo, dividendos político-eleitorais, mas num horizonte mais longo inflação e desestabilização da moeda, com conseqüências tão dramáticas quanto as que vivenciamos neste período pré-eleitoral.

Queiram ou não os "heterodoxos", a única rota para se obter progresso com justiça distributiva é praticar o que prega a teoria econômica clássica, ou seja: respeito à estabilidade da moeda; liberdade de acesso aos mercados, onde o consumidor é soberano e onde vigore o sistema de preços livres; limitação das ações do Estado no que for essencial e intrínseco a sua existência; prática de taxas de juro que desestimulem o consumismo em benefício da poupança; gastos públicos compatíveis com a capacidade de arrecadar; investimentos em aumento de produtividade, educação e novas tecnologias; e outras receitas que têm provado sua eficácia ao longo da história da humanidade, a ponto de se tornarem ortodoxas.

Não existe geração espontânea de riqueza, como sonham alguns. A sociedade brasileira já provou que é capaz de atingir altas taxas de eficiência na aplicação de suas poupanças, obtendo ritmos invejáveis de crescimento, com diferentes graus de intervenção do Estado, mais como indutor do que como gestor.

Nos últimos anos, infelizmente, com a interrupção dos fluxos de poupança externa e com o setor público queimando parte da poupança interna para alimentar gastos improdutivos, somos obrigados a amargar taxas risíveis, senão trágicas, de crescimento do produto.

Qualquer proposta honesta de retomada do processo de desenvolvimento passa por uma radical revisão de princípios e conceitos de economia e do papel do Estado, hoje controlando compulsoriamente perto de 90% da poupança nacional.

E hora de resgatarmos verdades como "poupança é igual a investimento" e sepultarmos definitivamente as heresias intervencionistas que enfocam unicamente o curto prazo sem preocupações com as próximas gerações, pois, como dizia Lord Keynes, "no longo prazo estaremos todos mortos".

William Ling é administrador de empresas, vice-presidente da Petropar e vice-presidente da Associação Comercial de Porto Alegre.